

RESENHAS

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.32079

SOUZA, Rogério Luiz de. *A ética Católica e o capitalismo de bem estar social*. Lisboa, Portugal: Esfera do Caos, 2015.

Recebido em 27/05/2016 - Aprovado em 18/06/2016



A ética Católica e o Capitalismo de bem-estar social

Douglas Orestes Franzen ¹

Certamente no campo da historiografia um dos temas mais estudados é a Igreja Católica Apostólica Romana e a manifestação do catolicismo ao longo do tempo. Diante dessa análise têm-se debruçado diversos estudiosos e pesquisadores, obviamente não somente do campo historiográfico, que refletem a sua amplitude e a problemática no cenário acadêmico e científico. Constantemente são publicados novos estudos, abertas novas possibilidades de pesquisa e análise e estabelecidos novos olhares diante de novas fontes e

bibliografias sobre esta instituição secular.

É nessa perspectiva que deve ser vista a obra de Rogério Luiz de Souza publicada em Portugal em 2015. Fruto de sua tese de doutoramento defendida em 2001, a pesquisa coloca-se a disposição agora em formato de publicação, acrescida de revisões, ampliações conjecturais e analíticas, produto da dedicação do autor ao tema. O livro pode ser concebido desta forma, também como um amadurecimento do pesquisador diante da análise da problemática, decorrente de novas pesquisas e literaturas que dão maior consistência à tese.

¹ Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: douglas_franzen@yahoo.com.br

O tema central do livro gira em torno da ideia de que após a Segunda Guerra Mundial, a Igreja Católica buscou consolidar-se como instituição comprometida com a formação de um novo padrão social mundial, mais justo e solidário, na perspectiva de que fosse constituída uma ordem social diante das atrocidades e das instabilidades políticas decorridas até então. Obviamente que, para dar sustentação a essa tese, Souza faz uma análise histórica da relevância da causa social para o catolicismo, principalmente a partir da Encíclica papal *Rerum Novarum* de Leão XIII.

Para tanto, o autor faz uma analogia à célebre obra de Max Weber, “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na perspectiva de conjecturar a tese de que houve um esforço dos agentes católicos em colaborar na formação de um padrão social, política e econômico, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Souza defende que se constituiu um grupo de intelectuais católicos, que formaram um conjunto de ideias e de visões de mundo que buscaram dar sustentação ao ideal de democracia cristã, de uma comunidade internacional solidária e a formatação de um corpo social ajustado e consciente dos novos desafios para a construção de um mundo de paz e de desenvolvimento, principalmente no campo econômico.

Diante do cenário geopolítico conturbado da Guerra Fria, a proposta desse movimento católico era de constituir um discurso humanista cristão. Esse discurso se proliferou no mundo, engendrando-se nas mais variadas esferas sociopolíticas, bem como em contextos de formação de uma comunidade internacional coesa, como por exemplo, a constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

O período das décadas de 1945 a 1965 foi fecundo em organizações em movimentos de reestruturação econômico-social. A Igreja Católica, pelo seu lado, marcou presença, conclamando uma larga faixa de católicos e não-católicos a equacionarem rápida e urgentemente a situação do pós-guerra. Sua ação reformista, baseada na experiência especializada da Ação Social Católica, voltou-se para um tipo de participação mais comprometida com a transformação estrutural da sociedade e com as instituições governamentais, constituindo-se, diferentemente dos períodos anteriores, como ponta de lança do ordenamento social e das tentativas de solução político-econômica. (SOUZA, 2015, p. 23)

Souza defende a tese de que se formou uma espécie de Teologia do Desenvolvimento, com a constituição de uma série de valores éticos e morais, reafirmando o ideal reformador e disciplinador da sociedade internacional. Esse discurso buscou afiançar o reerguimento social e econômico da Europa bem como, estender-se às nações periféricas, convencionadas então como nações do Terceiro Mundo. Motivado por uma proposta humanizadora, o catolicismo buscou redefinir o ideal capitalista-liberal, motivando a intervenção estatal para a formatação de um estado de bem-estar social,

tendo como objetivos a constituição de uma sociedade disciplinada e higienizada, baseada na ideia de uma profilaxia de um corpo social ajustado. A proposta desta ética religiosa de fazer frente aos “ismos”, como liberalismo e socialismo, por exemplo, buscou reconduzir o sistema capitalista a uma ética da solidariedade e do desenvolvimento internacional. “A estrutura que se queria constituir deveria possibilitar o aparecimento de uma nova realidade significativa e de novos paradigmas explicativos para a nova base funcional.” (SOUZA, 2015, p. 24) Nesse contexto, reafirma-se o desejo dogmático e histórico de um ideal de progresso.

O desenrolar das ressignificações de práticas simbólicas e o desejo de uma ação social do catolicismo, eclodiram no amplo movimento de reformulação das bases do catolicismo que culminou na realização do Concílio Vaticano II. Essa pode ser considerada uma relevante contribuição da obra, visto que Souza coloca em dúvida pontos acerca da real contribuição do evento para a constituição de uma Igreja mais preocupada com os problemas da humanidade e engajada num ideal de desenvolvimento. Na concepção de Souza, o Concílio Vaticano II passou a ser menos um espaço de renovação/abertura/expressão dessas novas orientações do que o represamento dogmático daquilo que estava se constituindo. Para ele, produziu-se um movimento de recuo e de limitação ou estreitamento da noção de desenvolvimento. A eloquência da Teologia da Libertação na América Latina seria uma dessas manifestações.

Para afirmar sua tese, Souza analisa as manifestações do catolicismo no Brasil diante de um cenário desenvolvimentista do pós-guerra. A realidade conturbada brasileira, que apresentava disparidades sociais e econômicas graves era motivo de preocupação das lideranças religiosas católicas. Para tanto, a Igreja Católica se alia ao Estado na intenção da construção de uma nação integrada e mais justa. As condições de vida no espaço urbano, a marginalização e a favelização, as condições de trabalho e as organizações sociais urbanas receberam atenção do catolicismo. Mas foi no espaço rural brasileiro, foco de estudo de Souza, que a proposta se manifestou de forma mais cristalizada. A proposta da Igreja Católica nesse campo apontava para um ordenamento social em conjunto com o Estado, no intuito de implementar um projeto econômico orientado para a formação moral da coletividade, a racionalização do trabalho e para o desenvolvimento produtivo no setor agrário e sua integração ao modelo industrial da economia brasileira.

As instituições e, especificamente, a religiosa apareceram como instrumentalizadoras e guias desta ação/relação. Exigindo do indivíduo a ação para o bem comum, empenharam-se em traçar um empreendimento coletivo, baseado na racionalização do trabalho, na normatização das condutas e na consolidação de valores entendidos como universais. Dessa maneira, os hábitos cotidianos, as especificidades culturais, as diferentes cosmovisões, as técnicas rudimentares de produção, denunciavam a falta de

objetivos comuns e o despreparo das lideranças políticas na solução dos problemas brasileiros. (SOUZA, 2015, p. 101)

A ação social conjunta defendida pelo catolicismo brasileiro visava a estruturação de um projeto de intervenção, apontando para a constituição de uma sociedade integrada, onde todos estariam empenhados num mesmo projeto nacional-desenvolvimentista, onde não poderia haver disparidades e antagonismos desintegradores. O projeto era motivado pelo desejo das similitudes, numa alusão a uma única alma e sentimento brasileiro, “consubstanciado num projeto desenvolvimentista e solidário com características fraternas e, por isso mesmo, sacrificiais, onde o Brasil era apresentado como senhor de seus próprios destinos.” (SOUZA, 2015, p. 102)

Para compreender a manifestação desse projeto, Souza delimita sua análise empírica ao Estado de Santa Catarina, diante do projeto de ação social no meio rural. O autor entende que a manifestação e disseminação de conceitos como higiene, corpo, tempo e trabalho, objetivou a construção de práticas de inserção social visando dar conta do projeto então empreendido a nível nacional. A escola e a escolarização, por exemplo, foi um dos espaços onde ocorreram essas práticas. O espaço de escolarização foi concebido pelas lideranças religiosas em parceria com o governo catarinense, um local propício para o fomento à práticas de ordenamentos sociais, o controle do corpo, da moralização, do tempo e do espaço de trabalho e das relações sociais. A modernização da agricultura, que então era latente, era preocupação das lideranças políticas catarinenses, motivados pelo desejo de inserção do Estado na economia brasileira.

Conforme Souza, o modelo cristão de uma vida vigilante, sóbria, abnegada e casta, além de corresponder aos interesses do capital, também vinha ao encontro a uma ética comportamental que deveria ser assumida por todos. A intenção era de criar uma unidade e inculcar uma forma de pensar e viver. Os valores do catolicismo serviriam para ajustar os comportamentos desviantes e maximizar a virtuosidade sexual, por exemplo.

Através das instituições católicas, como escolas e organizações sociais, bem como de entidade governamentais como a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), por exemplo, o projeto de ação social católica em Santa Catarina pretendeu dar conta da formação de um ideal de cidadão rural, aberto para as vicissitudes da agricultura moderna bem como, da higienização e moralização das relações familiares e sociais. Nesse sentido, fomentavam-se princípios de uma vida sóbria, dócil e produtiva. A família e a organização comunitária passaram a ser causa e efeito desse sentimento integrador e moralizante do catolicismo em parceria com os órgãos governamentais.

As pretensões econômicas desenvolvimentistas e progressistas exigiam uma condução do produtor agrícola às exigências de uma vida racionalizada e produtiva. A modernização do espaço agrícola catarinense impunha desafios à formação de um novo padrão social, onde a baixa escolaridade, as práticas sociais consideradas atrasadas e as estruturas produtivas familiares deveriam corresponder a um projeto de integração nacional. Concebido como fundamental, o homem camponês conforme conclui Souza,

foi capturado, vigiado, punido e disciplinado dentro de um projeto que tendeu para o ordenamento e para o controle de seu corpo, de seu tempo e do seu espaço produtivo.

Referências

SOUZA, Rogério Luiz de. *A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)*. 257 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.